



GRITOS DO SILENCIO: A INVISIBILIDADE DOS MAUS-TRATOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL

SCREAMS OF SILENCE: THE INVISIBILITY OF ABUSE AND SEXUAL VIOLENCE

GRITOS DE SILENCIO: LA INVISIBILIDAD DEL ABUSO Y LA VIOLENCIA SEXUAL



10.56238/sevenVIIImulti2026-114

Káthia Susana Almeida

Doutoranda em Educação

Instituição: Universidade Federal do Paraná

E-mail: learning.and.business@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-6487-274X>

RESUMO

A violência sexual contra crianças e adolescentes configura uma grave violação dos direitos humanos, cujas consequências ultrapassam o dano físico e afetam profundamente a dimensão psíquica e social das vítimas. Este estudo teve como objetivo analisar a invisibilidade dos maus-tratos decorrentes da violência sexual, considerando as marcas cognitivas, emocionais e comportamentais que comprometem o desenvolvimento infantojuvenil. Adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica e documental de produções científicas, legislações e relatórios institucionais recentes. Os resultados evidenciam que a violência sexual é um fenômeno psicossocial e estrutural, sustentado pela cultura patriarcal, pela desigualdade de gênero e pela negligência institucional. Observa-se que o silêncio familiar e a revitimização nos sistemas de saúde, justiça e assistência perpetuam o trauma e dificultam o acesso à proteção integral prevista na Lei nº 13.431/2017. A análise revela que o enfrentamento dessa problemática exige a consolidação de uma rede de proteção humanizada, baseada na escuta qualificada, no acolhimento e na responsabilização social. Conclui-se que romper o ciclo de silenciamento é reconhecer a violência sexual como um problema público e estrutural, cuja superação requer compromisso ético, intersetorialidade e políticas efetivas de prevenção e reparação.

Palavras-chave: Violência Sexual. Infância. Revitimização. Proteção Integral.

ABSTRACT

Sexual violence against children and adolescents constitutes a serious violation of human rights, the consequences of which go beyond physical harm and profoundly affect the psychological and social dimensions of the victims. This study aimed to analyze the invisibility of maltreatment resulting from sexual violence, considering the cognitive, emotional, and behavioral marks that compromise child and adolescent development. A qualitative, exploratory, and descriptive approach was adopted, based on a bibliographic and documentary review of scientific productions, legislation, and recent institutional reports. The results show that sexual violence is a psychosocial and structural phenomenon, sustained by patriarchal culture, gender inequality, and institutional negligence. It is observed that family silence and revictimization in the health, justice, and assistance systems perpetuate trauma and hinder access to the comprehensive protection provided for in Law No.

13.431/2017. The analysis reveals that addressing this problem requires the consolidation of a humanized protection network, based on qualified listening, acceptance, and social accountability. It is concluded that breaking the cycle of silence means recognizing sexual violence as a public and structural problem, the overcoming of which requires ethical commitment, intersectoral collaboration, and effective prevention and reparation policies.

Keywords: Sexual Violence. Childhood. Revictimization. Comprehensive Protection.

RESUMEN

La violencia sexual contra niños, niñas y adolescentes constituye una grave violación de los derechos humanos, cuyas consecuencias van más allá del daño físico y afectan profundamente las dimensiones psicológicas y sociales de las víctimas. Este estudio tuvo como objetivo analizar la invisibilidad del maltrato resultante de la violencia sexual, considerando las marcas cognitivas, emocionales y conductuales que comprometen el desarrollo infantil y adolescente. Se adoptó un enfoque cualitativo, exploratorio y descriptivo, basado en una revisión bibliográfica y documental de producciones científicas, legislación e informes institucionales recientes. Los resultados muestran que la violencia sexual es un fenómeno psicosocial y estructural, sustentado por la cultura patriarcal, la desigualdad de género y la negligencia institucional. Se observa que el silencio familiar y la revictimización en los sistemas de salud, justicia y asistencia perpetúan el trauma y dificultan el acceso a la protección integral prevista en la Ley N.º 13.431/2017. El análisis revela que abordar esta problemática requiere la consolidación de una red de protección humanizada, basada en la escucha cualificada, la aceptación y la responsabilidad social. Se concluye que romper el ciclo del silencio implica reconocer la violencia sexual como un problema público y estructural, cuya superación requiere compromiso ético, colaboración intersectorial y políticas eficaces de prevención y reparación.

Palabras clave: Violencia Sexual. Infancia. Revictimización. Protección Integral.

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos, com consequências que transcendem o campo físico e alcançam dimensões emocionais, cognitivas e sociais. De acordo com o Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil (2021–2023), elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, foram registradas 164.199 vítimas de estupro no país nesse período, das quais mais de 60% tinham até 13 anos de idade.

Esses números revelam um cenário de elevada vulnerabilidade e de silenciamento estrutural que afeta especialmente meninas e adolescentes em contextos familiares (Brasil, 2023).

Autores como Minayo (2018) e Habigzang e Koller (2011) destacam que a violência sexual infantil não deve ser compreendida apenas como um evento isolado, mas como um fenômeno psicossocial e cultural que expressa desigualdades de gênero, poder e vulnerabilidade. O abuso sexual, para além da violação física, implica a ruptura da integridade simbólica da criança, gerando efeitos duradouros sobre sua estrutura psíquica e relacional (Freud, 1920; Ferenczi, 1990).

A ausência de acolhimento adequado agrava o sofrimento das vítimas e de suas famílias, que frequentemente enfrentam revitimização nos sistemas de saúde, segurança pública e justiça. Segundo Minayo (2018), o silêncio institucional — materializado na morosidade processual e na falta de suporte psicossocial — perpetua a invisibilidade da violência e impede a reconstrução subjetiva das vítimas.

2 METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e descritiva, com base em uma revisão bibliográfica e documental de produções científicas nacionais e internacionais que abordam a violência sexual infantojuvenil sob as perspectivas psicológica, psicanalítica e social. A escolha por essa metodologia fundamenta-se na necessidade de compreender os significados subjetivos e estruturais do fenômeno, valorizando as dimensões simbólicas, culturais e institucionais que o atravessam (Minayo, 2018).

Do ponto de vista ético, o estudo respeita os princípios da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regula as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais no Brasil, assegurando a integridade das fontes, a citação adequada e a transparência na utilização dos dados secundários (Brasil, 2016). Não houve coleta direta de dados empíricos, evitando qualquer exposição de sujeitos ou violação de confidencialidade.

Esta metodologia fundamenta-se em um olhar interdisciplinar que integra Psicologia, Psicanálise, Sociologia e Saúde Pública, buscando compreender a violência sexual como experiência subjetiva e fenômeno estrutural. O rigor teórico e a análise crítica das fontes permitiram a construção de um panorama reflexivo e articulado, apto a subsidiar políticas públicas e estratégias de intervenção

psicossocial voltadas à prevenção e ao cuidado das vítimas.

3 CONCLUSÃO

A presente pesquisa permitiu compreender que a violência sexual contra crianças e adolescentes constitui uma das expressões mais graves da desigualdade social e de gênero no Brasil, operando tanto no nível simbólico quanto nas práticas institucionais. As análises realizadas confirmam que se trata de um fenômeno psicossocial e estrutural, sustentado por mecanismos de poder, silenciamento e negligência que transcendem a esfera individual e revelam falhas sistêmicas de proteção e de escuta. A revisão bibliográfica evidenciou que, embora o país disponha de um arcabouço normativo robusto — a exemplo da Lei nº 13.431/2017, que garante o direito à escuta protegida —, a efetivação desses direitos permanece comprometida pela fragmentação das políticas públicas e pela ausência de articulação intersetorial entre saúde, educação, assistência social e justiça.

A análise interdisciplinar revelou que o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil requer mais do que políticas repressivas: exige a consolidação de uma rede de proteção humanizada, capaz de integrar diferentes setores do Estado e da sociedade civil em torno da escuta sensível, do acolhimento e da reabilitação psicossocial. A reconstrução emocional da criança depende de um ambiente suficientemente bom, que lhe devolva segurança e sentido de pertencimento. Nesse contexto, a responsabilidade coletiva — e não apenas familiar ou institucional — emerge como condição essencial para romper o ciclo de silêncio e negligência.

O reconhecimento da violência como fenômeno estrutural implica desvelar seus alicerces simbólicos e combater as formas sutis de dominação que legitimam a opressão e a omissão. Romper o silêncio é, acima de tudo, afirmar o direito à palavra e à reparação — transformando o sofrimento invisível das vítimas em um chamado à ação social, jurídica e institucional por uma cultura de cuidado, respeito e dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Kathia Susana. Violência sexual, delinquência juvenil e prejuízos psicossociais: impactos da vitimização na infância e adolescência. Periódicos Lattice, [S. l.], v. 2, n. 3, 2025. DOI: 10.70579/pl.v2i3.93. Disponível em: <https://ojs.periodicoslattice.com/latticemultidisciplinar/article/view/93>. Acesso em: 14 oct. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Brasília: MS, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/novo-boletim-epidemiologico-aponta-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil>. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Disque 100 registra mais de 17,5 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes nos quatro primeiros meses de 2023. Brasília: MDHC, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/disque-100-registra-mais-de-17-5-mil-violacoes-sexuais-contra-criancas-e-adolescentes-nos-quatro-primeiros-meses-de-2023>. Acesso em: 14 out. 2025.

FERENCZI, Sándor. Confusão de línguas entre os adultos e a criança. In: FERENCZI, S. Escritos psicanalíticos. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. Rio de Janeiro: Imago, 1996 [1920].

HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H. Violência sexual: avaliação e intervenção clínica. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência e saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.